



## PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº21.11.13/DP

Tratam os autos de procedimento de Dispensa de Licitação, fundamentada na Lei Geral de Licitação, art. 24, inciso II, para Aquisição de material visual destinado às ações da Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Itapipoca/CE, no enfrentamento à COVID - 19.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso II, e o parágrafo único, da Lei nº 8666/93 e suas alterações e o decreto 9.412/2018.

### JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A aquisição das faixas e dos botons solicitados decorre da necessidade de difusão sobre medidas de combate à COVID-19, a referida contratação compreende medida direta de combate à COVID-19, pois tem como único escopo promover a difusão das orientações de combate à pandemia dentro do território municipal.

As ações de promoção da saúde da Vigilância em Saúde serão realizadas por equipes de profissionais em pontos estratégicos do município.

Tendo em vista a necessidade da aquisição, conforme justificativa acima, realizou-se ampla pesquisa de preços e, após análise, verificou-se que o preço da proposta apresentada está dentro do limite estabelecido por lei, que permite a dispensa de licitação, e ainda, em conformidade com o que estabelece o Decreto municipal nº 009/2018, o qual obriga a Administração Pública Municipal Direta e Indireta a contratar a empresa que apresentou a menor proposta durante a pesquisa de preços.

A presente dispensa de licitação encontra-se fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal supracitado. "Art.24 – É dispensável a licitação: I – Omissis; II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez". Por todas as razões expendidas e, também, pelas recomendações legais previstas no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a seguir transcrito, resta largamente comprovada a razão da contratação direta.

A Lei nº 8.666/93 em seu art. 24, inciso II, alterado pelo decreto federal Nº 9.412/2018 esclarece:



**Art. 24. É dispensável a licitação:**

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);*

Art. 23, inciso II, alínea a: "para compras e serviços comuns":

- a) Convite: até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);  
(redação dada pelo decreto 9.412 de 18 de junho de 2018).

**ESCOLHA DO FORNECEDOR DO PREÇO**

Assim, a escolha do fornecedor recaiu sobre a pessoa jurídica **GERLÂNIO CORDEIRO ANDRADE - ME**, com endereço na Av. Anastácio Braga, Nº 1840 – Cacimbas - Itapipoca/Ceará, inscrita no CNPJ n.º 06.350.120/0001-03, porque dentre a pessoa Jurídica do ramo pertinente ao objeto contrato, apresentou todos os documentos legais e também apresentou o melhor preço.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Procedeu-se com a consulta a diversas empresas do ramo pertinente com o presente objeto, e conciliando a questão da oferta do melhor preço, da regularidade jurídica, trabalhista, fiscal e previdenciária, a escolha recaiu sobre a pessoa jurídica **GERLÂNIO CORDEIRO ANDRADE - ME**. A proposta apresentada resultou no valor global de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), conforme consta nos autos do processo supracitado.

Itapipoca/CE, 14 de Abril de 2021.

**VANESSA KERLY MONTENEGRO DE OLIVEIRA**  
Ordenador de Despesas da SECRETARIA DE SAÚDE